

**Exm. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Comissão da Defesa Nacional
Assembleia da Republica
LISBOA,**

**Assunto: Entrega do caderno
reivindicativo dos Antigos
Combatentes - 29/11/2023.**

Excelentíssimo senhor Presidente.

Conforme prometido, juntamos o caderno reivindicativo dos Antigos Combatentes, que tem por base as conclusões dos Trabalhos do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, realizado a 30/10/2021

Os Antigos Combatentes reclamam o pagamento da dívida de gratidão que a Pátria tem para com eles, pelo que exigem respeito e gratidão.

Apresentamos os nossos cumprimentos

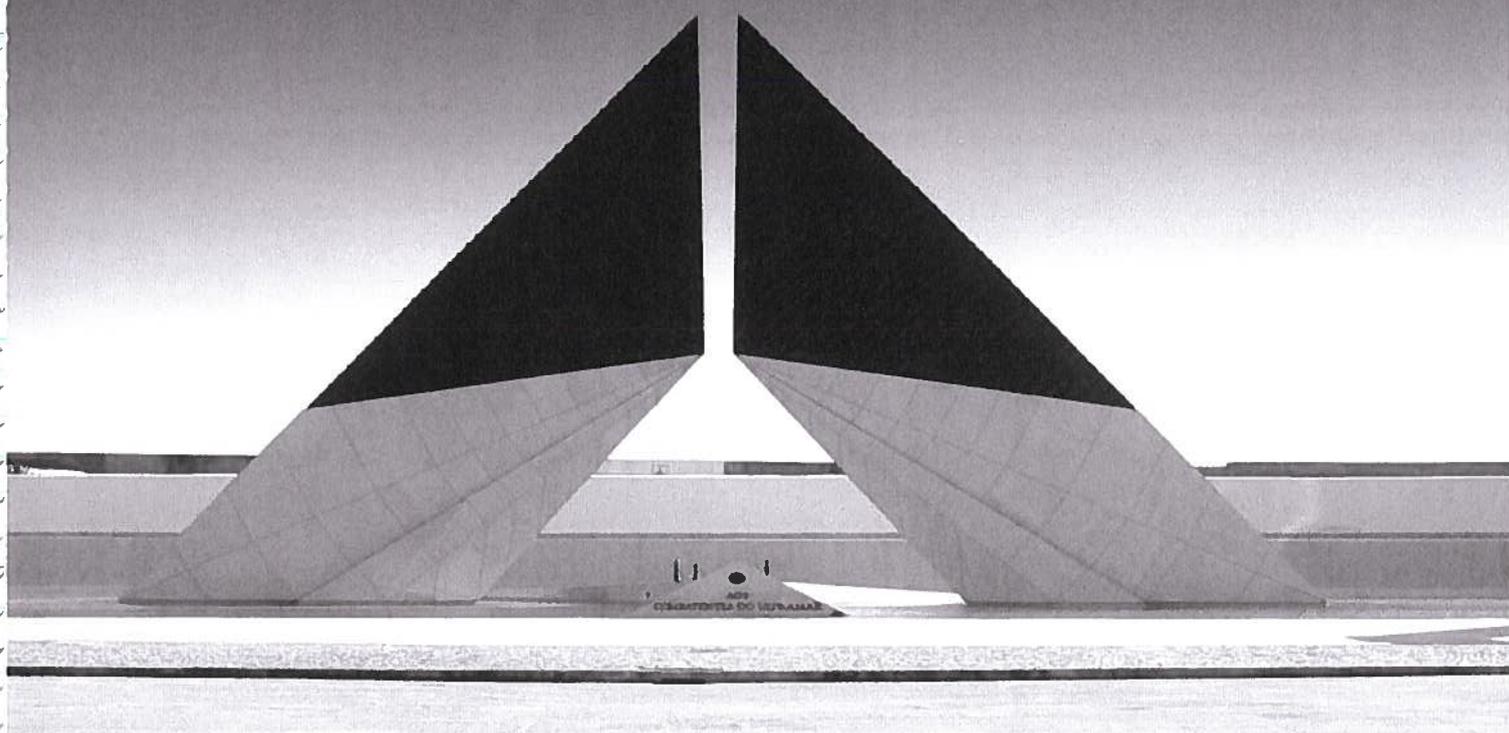
Lisboa, 29/11/2023

O MOVIMENTO PRÓ-DIGNIDADE.

Jeremias Henriques..... Representante do Exército
Artur Craveiro Lopes Representante do Exército
Antonio Silva..... Representante da Força Aérea
Joaquim Coelho..... Representante da Força Aérea
Mário Manso..... Representante da Marinha
José Maria Monteiro..... Representante da Marinha

**CONGRESSO NACIONAL
DE ANTIGOS COMBATENTES
30 de Outubro de 2021**

CONCLUSÕES DOS TRABALHOS



NOTA INTRODUTÓRIA

QUEM SÃO OS ELEMENTOS

DA COMISSÃO ORGANIZADORA



Conclusões dos trabalhos do CONGRESSO NACIONAL DE ANTIGOS COMBATENTES (C.N.A.C.), realizado a 30 de Outubro de 2021.

A) – NOTA INTRODUTÓRIA.

Quem são os elementos da Comissão Organizadora do C.N.A.C ?

A Comissão Organizadora, era constituída por seis elementos, sendo dois do Exército, (Jeremias Henriques + Artur Craveiro Lopes), dois da Força Aérea, (Joaquim Coelho + António Silva) e dois da Marinha, (Mário Manso + José Maria Monteiro).

Todos os elementos da Comissão Organizadora fazem parte, desde sempre, de Associações de Antigos Combatentes e são conhecidos, quer pelo seu contributo individual, quer pelo seu contributo coletivo, em prol do Estatuto do Antigo Combatente, que veio a ser aprovado e publicado a 20/08/2020. Assim todos os elementos da Comissão Organizadora da CNAC contribuíram para dignificação do Estatuto do Antigo Combatente. Depois de inúmeras manifestações de rua, contactos com a maior parte dos partidos políticos, com assento parlamentar, com entidades governamentais, greve de fome do nosso camarada Fernando Rosa, concentrações nacionais mensais frente à Assembleia da República, os elementos que constituíam o Movimento Pró-Dignidade a favor do Estatuto do Antigo Combatente, no mês de Novembro de 2020, reuniram e decidiram, realizar o CNAC no dia 24 de Julho de 2021, o qual foi adiado para o dia 30/10/2021.

Os seis elementos da Comissão Organizadora foram eleitos numa concentração nacional de Antigos Combatentes a quem delegaram para diligenciar junto da Assembleia da República e do Governo no sentido de ser reconhecida a dignidade de combatente a todos os Antigos Combatentes, facto que viria a ser reconhecido com a aprovação da lei 46/2020, de 20/08.

Antes de mais importa fazer notar que o CNAC, realizou-se a 30/10/2021 e as conclusões dos trabalhos só vão ser entregues aos senhores Deputados, ao Governo, a todas as Associações e aos Antigos Combatentes após a nova constituição da Assembleia da República e da tomada de posse do novo governo, ocorrido a 30/03/2022, liderado pelo Partido Socialista, resultante das eleições de 30 de Janeiro de 2022.

Os Antigos Combatentes, ou qualquer cidadão comum, podem interrogar-se quais os motivos para tão longa demora entre a realização do Congresso e a entrega das conclusões? Obviamente que o motivo está diretamente ligado com o chumbo do orçamento do Estado para 2022, efetuado no passado dia 27/10/2021, com os votos contra de toda a direita, do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, o que originou a dissolução do Parlamento.

Ora, encontrando-se o Parlamento dissolvido e tendo um governo de gestão, em funções governativas, não faria sentido entregar as conclusões dos trabalhos, quer aos senhores



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

deputados, quer ao governo demitido. Quando em Novembro de 2020, foi decidido realizar o CNAC, em Julho do ano seguinte, a situação pandémica do COVID-19 encontrava-se, de certo modo controlada e tudo indicava que no mês de Julho de 2021, não haveria quaisquer restrições, à sua realização

Acontece que tal previsão foi totalmente errada, pois no mês de Julho de 2021 ocorreu um dos picos mais graves da infeção, obrigando a Comissão Organizadora, depois de ter conhecimento das novas restrições publicadas pelo Conselho de Ministros e da consulta efetuada à Direção Geral de Saúde, a adiar os trabalhos para data a designar.

Nunca a Comissão Organizadora pensou ver-se envolvida numa situação tão preocupante e tão complexa, porquanto as inscrições dos congressistas estavam feitas, os convites enviados, o auditório contratado, os almoços para os congressistas encomendados, os pedidos de vistos para os camaradas que vinham da Guiné-Bissau entregues, mas para aquele dia (24/07/2021), não existiam condições mínimas de segurança de saúde pública, pelo que tivemos que tomar a decisão do adiamento.

No final do mês de Agosto de 2021, a Comissão Organizadora reuniu e decidiu reagendar para o dia 30/10/2021, a realização do C.N.A.C., o qual foi realizado de acordo com as normas sanitárias e como previsto.

Mas diz o provó: Não há duas sem três? Nos dias 29/10 e no dia 30/10/2021, abateu-se sobre a região de Lisboa um enorme temporal, impedindo que, aproximadamente 170 congressistas, assistissem ao CNAC.

Assim das 400 inscrições iniciais, apenas compareceram 230 congressistas, com ideias que foram discutidas, com críticas que foram analisadas e ponderadas, com projetos de luta futura que foram aceites e registados pela Comissão Organizadora.

Com o devido respeito por outro entendimento, o congresso foi um autêntico sucesso.

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Sobre a Comissão de Honra.

Tomada a decisão de realizar o Congresso Nacional de Antigos Combatentes, entendia a Comissão Organizadora que fosse escolhida uma Comissão de Honra, constituída por insígnias e brilhantes militares, que pelo seu passado, como Antigos Combatentes, simbolizassem a força, a coragem e a raça de um povo, consubstanciada nos três ramos das Forças Armadas.

Pretendia, também, a Comissão Organizadora, que nessa Comissão de Honra, estivesse um elemento do Governo e uma mulher que simbolizasse as mulheres portuguesas, as namoradas, as madrinhas de guerra e as Enfermeiras-paraquedistas que na altura, atuaram nos três teatros de guerra.

Para o efeito, a Comissão de Honra, era constituída pelas seguintes personalidades:

- Sua Excelência a Sr^a Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Dra. Catarina Sarmento e Castro (*);
- Sua Excelência, o Senhor General António Ramalho Eanes (**);
- Sua Excelência, o Senhor Almirante Fernando Melo Gomes;
- Sua Excelência, o Senhor General José Manuel Taveira Martins;
- Sua Excelência, a Senhora alferes, Enfermeira-paraquedista Rosa Serra.

(*) – Atempadamente, sua Excelência o senhor General António Ramalho Eanes, informou que não iria estar presente no Congresso, mas apoiava incondicionalmente o programa proposto.

(**) – A senhora Secretária de Estado dos Recursos Humanos e dos Antigos Combatentes, através do seu chefe de Gabinete, informou, dois dias antes, que por motivos de agenda, não iria estar presente no Congresso.

Sobre os Convidados de Honra.

Sempre foi vontade da Comissão Organizadora de convidar diversas personalidades dos mais variados quadrantes da sociedade portuguesa, como convidados de honra, para estarem presentes no Congresso Nacional de Antigos Combatentes, mas cedo se apercebeu que tal vontade se tornara incompatível, com o espaço do palco do auditório, pelo que entendeu endereçar o convite às seguintes personalidades:

- Bispo das Forças Armadas e Segurança, Reverendíssimo D. Rui Manuel Sousa Valério;
- Excelentíssimo Juiz conselheiro, jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, o Sr. Prof Dr. Pires Machado;
- Vossa alteza o senhor D. Duarte Pio de Bragança.

Foi enviado um convite, como convidado de honra, ao senhor Comandante Supremo das Forças Armadas que nunca respondeu se ia ou não estar presente no Congresso Nacional de Antigos Combatentes.



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Também foi enviado um convite, como convidado de honra, ao senhor presidente da Liga dos Combatentes, que inicialmente aceitou, mas depois a Direção Central da Liga, veio declinar o aludido convite.

Sobre a presidência do Congresso Nacional de Antigos Combatentes.

Inicialmente foi endereçado um convite ao senhor Bispo emérito das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira, que aceitou, para orientar e presidir ao Congresso Nacional de Antigos Combatentes.

Porém, por motivos de ordem vária, acabou por delegar essa função num dos elementos da Comissão Organizadora, a seguir indicado.

→ Os trabalhos foram presididos e orientados pelo membro da Comissão Organizadora, José Maria Monteiro, tendo como assessores, sua Excelência o senhor General Cristóvão Avelar de Sousa, o Senhor Capitão-de-mar-e-guerra José Cardoso Moniz e o senhor enfermeiro Pedro Taveira.

Destarte, os trabalhos foram presididos e orientados pelo Antigo Combate, José Maria Monteiro, um dos mais jovens combatentes, dos exércitos portugueses, desde a fundação da nacionalidade até à presente data, uma vez que se alistou voluntariamente na Marinha com 16 anos e com 17 anos ofereceu-se como voluntário para a antiga Província da Guiné, para defender a Pátria, onde permaneceu 4 anos.

Aproveitando esta oportunidade, o senhor presidente do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, quer agradecer a todos os congressistas que usaram da palavra e pela forma cívica com que a usaram e pelas críticas construtivas que fizeram, é de louvar tal comportamento.

**INÍCIO DOS TRABALHOS
ANÁLISE E DISCUSSÃO
DA PROPOSTA UNITÁRIA, PELA
ASSEMBLEIA DO CONGRESSO**





Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

B) – INICIO DOS TRABALHOS.

Apresentação, análise e discussão da proposta unitária, pela Assembleia geral do Congresso.

De acordo com o programa geral do C.N.A.C., o início dos trabalhos estava previsto para as 09h15m, conforme programa anexo (Doc. 1) e terminar às 13h00.

Acontece que devido ao enorme temporal que se abateu sobre o País, concretamente sobre a região de Lisboa/Cascais, nos dias 29/10 e 30/10/2021, as portas do auditório Marista, em Carcavelos, abriram 37 minutos mais tarde, devido à quantidade de água existente no seu interior.

Só depois do senhor funcionário escoar toda a água que havia na parte mais baixa do auditório, é que se deu início aos trabalhos.

Refira-se que foi muito desconfortante para todos os Antigos Combatentes provocado pelo enorme temporal que na altura se abateu sobre Cascais, mas nem isso conseguiu afastar os Antigos Combatentes daquele evento.

Gostaríamos, antes de mais, não só salientar o interesse e vontade de todos os Antigos Combatentes, que compareceram e participaram na Assembleia Geral do Congresso, mas também, de todos os convidados, quer da Comissão de Honra, quer dos Convidados de Honra, que logo após terem recebido o convite, anuíram de imediato ao evento.

Assim, a abertura dos trabalhos foi feita pelo seu presidente, na pessoa do antigo Combatente, José Maria Monteiro, dando a conhecer as regras sobre as intervenções dos congressistas e do objeto do Congresso.

Voltamos novamente a salientar que o principal objetivo do Congresso Nacional de Antigos Combatentes era criticar a lei 46/2020, de 20/08, tendo em vista melhorar o Estatuto do Antigo Combatente.

No início o senhor presidente fez uma pequena resenha dos benefícios consagrados no Estatuto do Antigo Combatente, no que diz respeito ao alargamento dos benefícios às viúvas/os ou cônjuges sobreviventes, um apoio especial na saúde, como a isenção total das taxas moderadoras, transportes, um aumento do complemento especial de pensão, de 7%, para quem recebe pensões muito baixas.

A lei 46/2020, de 20/08, prevê a possibilidade utilização gratuita de transportes e livre acesso na entrada a museus e monumentos nacionais.



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Foi referido, pelo senhor presidente do Congresso, que o Estatuto responde a uma antiga reivindicação dos deficientes das Forças Armadas, afastando-os do DL 503/99, que os equiparava ao regime dos acidentes em serviço e das doenças profissionais.

Pelo senhor presidente do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, foram dadas diversas informações, uma vez que a lei também prevê a criação de um cartão especial para os Antigos Combatentes, viúvos/viúvas, muitos dos quais já receberam, a quem é conferida a designação de "TITULAR DE RECONHECIMENTO DA NAÇÃO", o qual veio valorizar a dignidade de combatente.

Foi, ainda, criada a insígnia nacional do Antigo Combatente, símbolo identitário da situação de Antigo Combatente das forças armadas portuguesas, sem esquecer o apoio aos Antigos Combatentes em situação de sem-abrigo.

Nessa lei, os Antigos Combatentes, aquando do seu falecimento, é atribuído o direito a ser velados com a bandeira nacional e ainda está previsto o auxílio do Estado no repatriamento dos corpos dos antigos Combatentes falecidos em teatros de guerra, sepultados em terras africanas.

.....**ABERTURA DO CONGRESSO ...**.....

Seguidamente, o senhor presidente do Congresso, apresentou as boas vindas e agradecimentos a todos os congressistas, que se transcrevem:

"Boas-vindas e agradecimentos

PS – Queremos agradecer a presença da delegação do Partido Socialista, na pessoa do senhor deputado MANUEL DOS SANTOS AFONSO, que desde sempre primou e acarinhou a luta dos Antigos Combatentes, mormente na criação e publicação do Estatuto do Antigo Combatente:

PSD – De igual forma queremos agradecer a presença da delegação do Partido Social Democrata, na pessoa da senhora deputada ANA MIGUEL DOS SANTOS, que informou não poder estar presente, em virtude da atual situação política nacional, teve de se deslocar ao seu círculo eleitoral, Aveiro, a fim de participar em diversas reuniões urgentes.

CDS – Também queremos agradecer a presença da delegação do CDS, na pessoa do senhor Deputado PEDRO MOTA SOARES, que se tem empenhado na luta pela dignidade e pelo respeito, por todos os Antigos Combatentes,

PAN – Finalmente e de igual forma queremos agradecer a presença da delegação do PAN na pessoa da senhora deputada INES SOUSA REAL pese embora de constituição recente, vem manifestando muito carinho pela causa dos Antigos Combatentes:

Uma palavra de
Agradecimento à Mesa da Comissão de Honra

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Sec^a Est^o. Começamos por agradecer à Senhora Secretária de Estado dos RH e Antigos Combatentes, que por motivos de agenda, não pode estar presente, pois, desde o primeiro convite entregue imediatamente anuiu a este projecto e tem vindo a manifestar total apoio à causa dos Antigos Combatentes, nomeadamente no que diz respeito ao melhoramento do EAC.

Gen. R. E. Também não estando presente, queremos agradecer o contributo que sua Excelência o senhor General Ramalho Eanes tem manifestado desde o primeiro momento, após ter sido convidado, destacando toda a solidariedade para com os ANTIGOS COMBATENTES.

----- QUE A PATRIA O CONTEMPLE -----

Almirante – Cumprimentando-o, queremos agradecer a presença de sua Excelência o senhor Almirante Fernando Melo Gomes, que desde o primeiro minuto manifestou total disponibilidade para participar neste evento patriótico

----- QUE A PATRIA O CONTEMPLE -----

Gen. TM. Cumprimentando-o, queremos agradecer a presença de sua Excelência o senhor General Taveira Martins, que desde o primeiro minuto manifestou total disponibilidade para participar neste evento patriótico

----- QUE A PATRIA O CONTEMPLE -----

Finalmente

Alf. Rosa Serra – em nome das enfermeiras paraquedistas e das Mães portuguesas, queremos agradecer a presença da senhora Alferes, enfermeira paraquedista, também ela Antiga Combatente, tendo atuado nos três teatros de guerra, ANGOLA+GUINÉ+MOCAMBIQUE, e que desde o primeiro momento manifestou anuência a este Congresso.

----- QUE A PATRIA A CONTEMPLE -----

Uma palavra para a mesa dos CONVIDADOS DE HONRA

BISPO. Cumprimentando-o, queremos agradecer a presença do Sr Bispo das Forças Armadas e Segurança, Reverendíssimo D. Rui Manuel de Sousa Valério, pessoa muito atenta aos aspetos militares, nunca tendo esquecido a causa dos A.C., tal como o seu sucessor D. Januário Torgal Ferreira, a quem envio um abraço de combatente.

----- QUE DEUS VOS ABENÇOE-----

Juiz. Cumprimentando-o, queremos agradecer a presença de sua Excelência o senhor Juiz conselheiro jubilado, do Supremo Tribunal de Justiça, Sr Prof. Dr. Pires Machado, que não tendo sido Antigo Combatente, esteve para ser mobilizado, mas escapou à mobilização para Angola, o qual tem dedicado muito estudo e muito carinho aos Antigos Combatentes.

----- QUE A PATRIA O CONTEMPLE -----



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

D Duarte. Cumprimentando-o, queremos agradecer a presença de Vossa Alteza Real, Dom Duarte Pio de Bragança, distinto combatente em Moçambique e que sempre primou pela causa dos ANTIGOS COMBATENTES
----- QUE A PATRIA O CONTEMPLE

Associações.

A todas as Associações de Antigos Combatentes, Antigos Combatentes, seus familiares e convidados aqui presentes, queremos agradecer a vossa presença do fundo do coração, sem esquecer todos os nossos irmãos Antigos Combatentes africanos de Angola, da Guiné (aqui presentes) e de Moçambique para quem enviamos uma palavra de esperança e um abraço fraterno.

- 1.** Hoje, dia 30/10/2021, ficará para a história, como um dos dias mais marcantes da luta pela dignidade, pelo respeito e pelo desígnio nacional a favor dos Antigos Combatentes.
- 2.** Nós, Antigos Combatentes, somos a história viva do século passado.
- 3.** Nós, Antigos Combatentes, somos a grandeza de uma Pátria que deu Mundo e esperança a novos países e a novos mundos, em que a nossa geração mais terá contribuído para essa grandeza como Nação, como País e como sociedade multicultural e multiétnica.
- 4.** Nós, Antigos Combatentes, somos credores de uma longa dívida de gratidão que a Pátria tem para com todos os Antigos Combatentes, ou seja para com os seus heróis, dívida que foi parcialmente reconhecida pela A.R., o ano passado, com a publicação e aprovação da lei 46/2020, de 20/08. Ora, este é o momento de dar voz aos Antigos Combatentes para dizer que conspiraram contra a grandeza da nossa Pátria, todos os deputados e todos os Governos desde o 25 de Abril, até Fevereiro de 2002, altura em que foi aprovada a lei 9/2002 de 17/02, embrião do atual Estatuto do Antigo Combatente.
- 5.** Nós, Antigos Combatentes somos e fomos abandonados e humilhados por essa mesma Pátria, durante 47 anos e que ainda hoje teima em não reconhecer a dor, o sacrifício, a coragem, a lealdade, a abnegação, e o sangue derramado de uma geração que ao longo de 13 anos de Guerra, assegurou a soberania portuguesa em vários continentes, feito histórico de que não há memória em nenhum país do Mundo.

... não me vou alongar mais, mas,,,



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Antes de terminar a minha intervenção gostaria de enviar uma mensagem, não só aos deputados deste proeminente País, como também ao futuro governo da Nação que vier a ser constituído e que é a seguinte:

- a) "EM JANEIRO DE 1961, UM IMPORTANTE PRESIDENTE DE UM GRANDE PAÍS, NA SUA TOMADA DE POSSE, DISSE: --- Não perguntes ao teu País o que ele pode fazer por ti; pergunta sim, o que tu podes fazer pelo teu País ---
- b) Nessa altura, 1961, todos nós Antigos Combatentes, perguntámos ao nosso País o que é que nós jovens podíamos fazer pela nossa Pátria, oferecendo-nos voluntariamente para a guerra, com 16 anos, como é o meu caso pessoal.
- c) Decorridos 61 anos, vimos hoje aqui, não perguntar ao nosso País, o que é que nós Antigos Combatentes, podemos fazer pela nossa Pátria, mas sim exigir o pagamento de uma dívida de gratidão que a Pátria tem para com os seus heróis, sem esquecer os nossos irmãos africanos de Angola, da Guiné e Moçambique.

Tenho dito"

XX

Seguidamente, o senhor presidente do Congresso pediu, ao camarada Joaquim Coelho, elemento da Comissão Organizadora, que fizesse a apresentação da PROPOSTA UNITÁRIA (Doc. 2), pedindo ainda que explicasse os contornos em que assentou a referida proposta, nomeadamente à alínea a) que propõe a atribuição de uma pensão de guerra, a todos os Antigos Combatentes, no valor equivalente ao que cada Antigo Combatente, doente gasta em média, mensalmente, em medicamentos.

O camarada Joaquim Coelho, explicou de forma exímia todos os pressupostos em que assentava a PROPOSTA UNITÁRIA, dando origem a um profundo debate, entre a Assembleia e a mesa da presidência. Nesse profundo debate, salientamos o descontentamento dos Antigos Combatentes, no que diz respeito aos apoios financeiros do Estado aos combatentes mais necessitados. Uma grande percentagem de Antigos Combatentes declararam que o nosso Estatuto era uma mão cheia de nada, concluindo que os Antigos Combatentes mereciam mais respeito e mais apoios.

De notar que a Proposta Unitária apresentada ao Congresso Nacional, é o produto final dos contributos de muitas Associações, de vários Antigos Combatentes e da Assembleia do Congresso Nacional de Antigos Combatentes. Teve ainda o contributo de 1.500 freguesias do Norte, para a determinação do valor da pensão de guerra constante da alínea a) da proposta correspondente ao valor que cada Antigo Combatente, gasta em média, por mês, em medicamentos, ou seja: €60,00/mês.

INTERVENÇÃO E CONTRIBUTOS DOS CONGRESSISTAS ALTERAÇÃO E MELHORAMENTO DA PROPOSTA UNITÁRIA



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Após um pequeno intervalo de 10 minutos a Assembleia retomou os trabalhos, prosseguindo o debate sobre os pressupostos em que a PROPOSTA UNITÁRIA assentava, tendo usado da palavra, a senhora presidente da UAC, que formulou o seu contributo da seguinte forma:

C) – INTERVENÇÕES E CONTRIBUTOS DOS CONGRESSISTAS **Alteração e melhoramento da proposta unitária**



PROPOSTA UAC-Associação - Congresso CNAC

Considerando que as carências económicas dos Antigos Combatentes são evidentes e privam os atingidos de poderem ter um resto de vida com alguma dignidade;

Considerando que os princípios de atribuição de complementos ou suplementos de pensão aos Antigos Combatentes são exclusivamente para reparação dos efeitos nefastos da prestação de serviço militar em condições excecionais de dificuldade ou perigo;

Propõe-se o seguinte:

1 – Depois de atestarmos junto de instituições que apoiam Antigos Combatentes doentes e carenciados, concluímos que a média de gastos com medicamentos ronda os 70,00€ mensais, parte dos quais não são comprados por falta de dinheiro disponível.

Assim, propõe-se que sejam atribuídos aos Antigos Combatentes de baixos recursos económicos um Suplemento remuneratório de 70,00€ mensais.

2 – Sabendo-se que os Antigos Combatentes residentes fora das zonas de transportes intermunicipais não são contemplados com transportes gratuitos, propõe-se que sejam concedidos transportes gratuitos em toda a rede nacional de transportes públicos.

3 – Em concordância com os fins para que foram criados, propõe-se isentar de quaisquer impostos os Complemento Especial de Pensão (CEP), Acréscimo Vitalício de Pensão (AVP), Suplemento Especial de Pensão (SEP) e quaisquer outros suplementos que venham a ser atribuídos aos Antigos Combatentes.



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

4 – Prioridade e Gratuitidade nos lares públicos para os Antigos Combatentes e viúvas com fracos recursos financeiros.

5 - Prioridade no acesso no hospital militar, hospital Público e Clínica Pública.

Donas 27 Outubro 2021-10-28

Fernanda Pereira

Alguns congressistas pediram explicações sobre alguns pontos desta proposta, que foi considerada realista e ajustada às pretensões dos Antigos Combatentes, esclarecimentos dados pela senhora presidente da Direção Nanda Pereira.

Seguidamente foi dada a palavra ao camarada Ruben Pereira, a qual já tinha sido requerida antes do dia 30/10/2021, tecendo inúmeras críticas ao Estatuto do Antigo Combatente, prescrito na lei 46/2020, de 20/08: fazendo questão que a sua crítica fosse incluída nas conclusões dos trabalhos do Congresso e que se reproduzem.

XX

Excelências, Excelentíssima Comissão Organizadora, Prezados Camaradas Combatentes do Antigo Ultramar Português, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Sei que falar da morte é sempre um tema delicado. No entanto, é um lugar-comum, a morte segue-se à vida.

Dito isto, vou falar sobre as Honras fúnebres, constantes do artigo 19.º do Estatuto do Antigo Combatente (EAC), e sobre as peripécias - para não dizer odisseia - , porque tenho passado com este assunto. Infelizmente, tudo em vão, porque continuo sem saber como proceder para ser velado com a bandeira nacional.

Como é sabido, as Honras Fúnebres estão estatuídas nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 19.º do Estatuto do Antigo Combatente (EAC), aprovado pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto. Acresce que, segundo a publicação existente no Boletim Informativo do Antigo Combatente, de 9 de abril de 2021, e também no site do Balcão Único da Defesa, a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, e o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado, assinaram, no dia 7 de abril de 2021, um protocolo para assegurar a disponibilização gratuita da bandeira nacional nas cerimónias fúnebres de Antigos Combatentes.

Ora, por o Estatuto do Antigo Combatente (EAC) ser omissivo sobre como proceder para assegurar a disponibilização gratuita da bandeira nacional nas cerimónias fúnebres de Antigos Combatentes, pus essa pergunta, por e-mail, em 27-04-2021, à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Através de e-mail, com a mesma data, a Técnica Superior Isabel Gonçalves, dessa Direção-Geral, respondeu-me, dizendo que deveria fazer o pedido, por escrito, na Câmara Municipal onde resido.

Dado residir em Lisboa, escrevi à Câmara Municipal de Lisboa (CML), em 27-04-2021 e em 17-05-2021, a perguntar como deveria proceder no concernente à disponibilização gratuita da bandeira nacional.

Respondeu-me, em 18-05-2021, o Secretário-geral da CML, de que destaco a seguinte citação:

“Depois de consultada a ANMP a este respeito, uma vez que este município não foi ouvido relativamente a este assunto que aliás desconhecíamos, pude esclarecer que o sentido do protocolo assinado, é o de que os municípios possam disponibilizar gratuitamente uma bandeira nacional para a Liga dos Combatentes poder usar nos funerais de antigos Combatentes.

E continua: Como me foi explicado, o sentido não é disponibilizar uma bandeira a cada família de antigos Combatentes, mas sim uma bandeira que possa servir para cada uma das respetivas cerimónias fúnebres ou outras em que seja entendido pertinente usá-la, dado que esse compromisso teria repetidas implicações financeiras e esta câmara municipal, que goza de autonomia financeira e administrativa, não foi ouvida, nem celebrou nenhum acordo nesse sentido”.(Fim de citação).

Respondi, em 23-05-2021, rebatendo o afirmado e lamentando o procedimento da CML. Foram feitas ainda outras diligências, inclusive através de uma comunicação telefónica entre as nossas pessoas, que não tiveram qualquer resultado.

Seguidamente, escrevi, em 28-05-2021, à Técnica Superior Isabel Gonçalves, dizendo, muito resumidamente, o seguinte:

A resposta do Secretário-geral da Câmara Municipal de Lisboa, de que já tem conhecimento, não se enquadra ou coaduna de todo, na resposta de V. Exa., de 27 de abril de 2021, ao meu e-mail, com a mesma data.

De facto, infelizmente, a resposta do Secretário-geral da Câmara Municipal de Lisboa veio dar a entender, por um lado, que esta matéria não terá sido convenientemente solucionada pelas entidades intervenientes e, por outro, veio mostrar que a Câmara Municipal de Lisboa (e, certamente, outras Câmaras Municipais) desconhece os meandros deste assunto.

Informei ainda que, independentemente de todos os e-mails que já havia enviado, continuava sem saber qual o procedimento a seguir para poder ser velado com a bandeira nacional.

E, em 25-05-2021, recebi da Técnica Superior Isabel Gonçalves o seguinte e-mail, que passo a resumir e a citar:

"Informamos que, de acordo com o Protocolo estabelecido entre o Ministério da Defesa Nacional e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, compete aos municípios divulgar o direito dos Antigos Combatentes a serem velados com a bandeira nacional, disponibilizar, a título gratuito, a bandeira nacional à família e a prestar aos antigos combatentes ou às viúvas e viúvos e ascendentes e descendentes, os esclarecimentos que forem solicitados sobre a matéria.

Nestes termos, e atenta a informação que lhe foi prestada pela CML, deverá V.Ex.^a expor esta situação à Associação Nacional de Municípios Portugueses visto que, este assunto, é da competência dessa entidade."(Fim de citação).

Embora informando a citada Técnica Superior que esta exposição lhe competiria, resolvi escrever, em 31/05/2021, um e-mail ao Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, onde, para além de dar conhecimento de todo o e-mail do Secretário Geral da CML, referi que a Técnica Superior Isabel Gonçalves da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, atenta a informação prestada pela CML, me aconselhou a expor a situação à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No seguimento, recebi a resposta, em 21-06-2021, do secretário Geral da ANMP, que passo a resumir, citando:

"A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) disponibilizou-se para que os Municípios pudessem ajudar no cumprimento, que cabe ao Estado, daquela disposição legal, celebrando para esse efeito um Protocolo de Colaboração com o Ministério da Defesa Nacional.

Nesta matéria, como em outras, os Municípios são completamente autónomos da ANMP, não havendo quaisquer poderes de tutela ou de superintendência desta Associação sobre as Câmaras Municipais. No entanto, as recomendações e sugestões que a ANMP regularmente dirige às Câmaras Municipais são na sua generalidade aceites, colaborando as Câmaras Municipais na prossecução dos objetivos que são propostos pela ANMP, no caso a disponibilização da bandeira nacional.

A família de cada antigo combatente ou, então, a delegação respetiva da Liga dos Combatentes ou instituição análoga, deve solicitar à Câmara Municipal, pelos meios mais expeditos, a entrega da bandeira nacional. Cabe, naturalmente, a cada Câmara Municipal decidir se a mesma é facultada a título definitivo ou se deverá ser devolvida após o ato fúnebre."(Fim de citação).

Com o desagrado que se poderá imaginar, enviei em 25/06/2021, à Técnica Superior Isabel Gonçalves um e-mail, dizendo, muito sucintamente, o seguinte:

Neste momento, V. Exa. tem 4 e-mails para me dar uma resposta. Deste modo, vou continuar à espera ativa de que V. Exa. me responda, no mínimo para me dizer que recebeu os ditos e-mails e que, após a devida análise e consequente hipótese de solução encontrada, terei, oportunamente, uma resposta em conformidade.

Em 25/06/2021, foi-me dada, então, a resposta aos quatro e-mails, interessando apenas para o assunto em foco a seguinte parte do e-mail recebido, que passo a citar:

"Por último, informamos que demos conhecimento aos nossos superiores hierárquicos sobre as respostas dadas pelo Secretário Geral da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que o assunto se encontra em análise.

No entanto, enquanto esta situação está a ser analisada, poderá V.Ex.^a solicitar a Bandeira Nacional, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º (Honras fúnebres) do Estatuto do Antigo Combatente, à Liga dos Combatentes, Núcleo de Lisboa." (Fim de citação).

Em 27/06/2021, respondi a este e-mail, onde, na parte relativa ao direito a ser velado com a Bandeira Nacional, disse, no essencial, o seguinte:

Ultrapassa a minha compreensão dizer-se que, enquanto a situação estiver a ser analisada, a solicitação da Bandeira Nacional poderá ser feita à Liga dos Combatentes, Núcleo de Lisboa,

sendo invocado para tal, os termos do n.º 2 do artigo 19.º (Honras fúnebres) do Estatuto do Antigo Combatente e as respostas que me foram dadas pelos Secretários Gerais da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

E ultrapassa a minha compreensão pelos seguintes motivos:

Primeiro - O n.º 2 do Artigo 19.º (Honras fúnebres) refere: "Cabe ao Estado português a disponibilização gratuita da bandeira nacional à família."; logo não menciona, nem a Liga dos Combatentes, nem o seu Núcleo de Lisboa;

Segundo - Como já terei dito, a Liga dos Combatentes, instituição que admiro, considero e respeito, não existe no Portugal distante, longínquo e profundo;

Terceiro - O universo dos Antigos Combatentes não se cinge apenas à minha pessoa, pois há milhares e milhares de Antigos Combatentes a residirem no nosso Portugal distante, longínquo e profundo.

E terminei dizendo: Nesta ordem de ideias, "... " vou aguardar que a análise fique concluída.

Em abono do essencial do já referido e tendo em atenção que as respostas dos secretários da CML e da ANMP são do conhecimento dos superiores hierárquicos da Técnica Superior Isabel Gonçalves da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, não vou terminar sem dizer que tive conhecimento de dois casos que sucederam: Um em Lagos e outro na Amadora, em que as Câmaras Municipais não sabiam de nada.

Em face do exposto, embora tenha intenção de não deixar morrer este tema e de continuar, portanto, a aguardar a resposta ao meu e-mail de 27/06/2021, enviado à Técnica Superior Isabel Gonçalves da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, acho incrível que também este assunto não esteja devidamente tratado pelas entidades competentes e que, ao contrário do afirmado, também esta medida, contemplada no Estatuto do Antigo Combatente, não esteja operacionalizada em concreto no que concerne à prestação de honras fúnebres e que, como consequência, eu e os camaradas combatentes do antigo ultramar português continuemos sem saber como proceder para podermos ser velados com a bandeira nacional.

Por isso, faço uma sugestão que é também um apelo:

Peço a todos os camaradas Combatentes do antigo ultramar português que perguntem nas Câmaras Municipais das suas residências como devem proceder para poderem ser velados com a Bandeira Nacional, aquando do seu falecimento.

A terminar, dado ter acabado de demonstrar que, neste momento, a possibilidade de sermos velados com a bandeira nacional está praticamente reduzida a zero, espero que não venha a suceder o mesmo que com a gratuidade dos transportes públicos das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais (artigo 17.º do EAC).

Por último, um poema, com o título "Esvai-se o ser", que fiz e disse no cemitério da Vila de Fão, terra da minha naturalidade, no dia 10 de junho de 2019, que é também o dia da União de Freguesias de Apúlia e Fão prestar Homenagem aos Combatentes na guerra do Ultramar, honrando a memória dos já falecidos, e do qual dei também conhecimento à Técnica Superior, Isabel Gonçalves da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Esvai-se o ser

A saudade traz morada:
Afeto abandonado...
E aflora a lágrima e o sufoco.

E retorna a metralha:
Acordam os sentidos...
O medo abafa a dor.

E vem a brisa:
Tomba o sol e chora a lua...
E o silêncio silencia.

Esvai-se o ser.

10 de junho de 2019
In "Poemas quase imperfeitos"
(A publicar um dia)

Lisboa, 30 de outubro de 2021

Seguiu-se o debate sobre algumas matérias constantes dos artigos 17, 19, entre outros artigos, tendo a maioria dos combatentes, que fizeram uso da palavra, criticado e dado a sua opinião, que vai de encontro aos pontos consignados na PROPOSTA UNITÁRIA que se junta como documento nº 2.

Seguidamente foi dada a palavra ao nosso distinto camarada Engº João Cabeço, antigo deputado, que já tinha solicitado à Comissão Organizadora, muito antes do dia 30/10/2021, para intervir na Assembleia do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, pois pretendia dar o seu contributo para melhorar, não só a vida dos Antigos Combatentes, mas também contribuir para o melhoramento do Estatuto do Antigo Combatente.

XX

Exmos Senhores

Caros irmãos de guerra

Exmo Senhor Deputado e Meu Grande amigo, MANUEL AFONSO - ilustre Transmontano.

Meu caro General vila-realense, J.M. Taveira Martins

Exmas Entidades.

Queria, antes de mais como Transmontano Cumprimentar Vexas Exas e trazer-vos aquele abraço caloroso de TERRAS pra lá do Marão.

Dizia o nosso poeta e escritor Miguel Torga, " que trazia tanto para dizer, que nem sabia por onde começar " . Parafaseando Este nobre cidadão, enterrado no local bem perto do Herói de Portugal - Jaime Neves, como complemento, direi aqui aos seguidores de JAIME NEVES, sendo EU um deles --- MAMA SUMA, COMBATENTES dos vários Teatros de guerra.. : -- Angola, Guiné e Moçambique, das terras das áfricas portuguesas de então. Trago aqui comigo, apenas três pontos Cardeais que de hora em diante nortearão a nossa postura - DEDICAÇÃO de COMBATENTE / Veterano de Guerra e -TITULAR de Reconhecimento DA NAÇÃO., a saber : - . LUTAR P/ Melhorar as nossas vidas; INTERVIR Na Divisa da Pátria ; AVANÇAR .

Equacionei estas 03 Palavras chaves, pois o Militar é uma pessoa Organizada e se não for assim a Sua Luta irá por água abaixo, certamente. Só UNIDOS, Organizados é que a nossa LUTA, seguirá por diante.

Uma saudação especial, para OS Combatentes Transmontanos, que por vezes são os mais esquecidos, como aconteceu com o Soldado Milhões - Murça, que teve que ser Exaltado pelo Governo Inglês, pois estava esquecido na biblioteca e já cheio de pó. Depois do esquecimento, veio a SUA EXALTAÇÃO e hoje, tem o seu lugar Imortal numa das mais belas Pracetas de Murça. Um Local Digno para um Bravo Herói da Grande Guerra Mundial. Um papel a todos os níveis a recordar pela História Recente.

Não posso também, deixar de, aqui e agora, enaltecer SEMPRE A POSTURA SEMPRE PRESENTE E AMIGA do meu conterrâneo e Amigo do Senhor General TAVEIRA MARTINS das nossas terras, e que sempre apoiou a LUTA DOS COMBATENTES desde que fomos desmobilizados e regressamos a casa.

O Meu muito Obrigado Senhor General, para quem solicito uma Saudação Especial, por merecido mérito . Taveira Martins, esteve sempre com a balizada LUTA dos, mutilados de Guerra e dos doentes, como tal e Sei que humanamente é uma grande pessoa, que estará AQUI, para continuar connosco e Apoiar a nossa justa Luta, sem tibiezas e fraternalmente. Nos também estaremos, sempre com OS VERTICAIS, com os VILELAS CABEÇOS, que há um pouco por Portugal fora, desde -Ponte de Lima até Faro.

Penso que não devemos descansar, enquanto que se não fizer total - JUSTIÇA SOCIAL - Única questão, que de Um Milhão de Combatentes, apenas agora existirão, com as suas vicissitudes, apenas uns 300 mil, que URGE APOIAR e AVANÇAR.



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Sei, porque conheço bem a realidade de alguns doentes transmontanos, que o custo da medicação é exageradíssima e que por vezes a Família, rouba à alimentação, para levar centenas de euros à farmácia lá da Esquina E PORQUÊ? Por várias sequelas angariadas, aquando ao Serviço da Pátria., que vão dizimando estes Heróis. QUE a Própria O.M.S., diz mesmo que a Cada Veterano, que esteve mais de 12 meses consecutivos nos 3 teatros de Guerra, ficará com uma Longevidade Encurtada em cerca de 10 anos. Por isso e por Estimativas já realizadas, sabemos hoje que este Servidor outrora da pátria, parte desta vida TERRENA, por alturas dos 75 anos em média, acabando assim a sua vida.

Tenho em T.os Montes, visitado, muitos casos de miséria extrema de casais em que o Patrono, foi Combatente em África. Acompanho por vezes o evoluir da sua rápida doença e disponibilizo-me sempre para o acompanhar à sua última morada.

Desde há muito, que proporciono sempre um enterro com muita dignidade e o esquife, sempre coberto com a bandeira nacional. É o mínimo, que posso fazer e estarei sempre disponível, para, e nos tempos atuais perigosos, acompanhar o funeral deste nosso irmão de Guerra, e enaltecendo, sempre que posso as suas qualidades de BOM PORTUGUES. e bom Servidor da nação Portuguesa. O NOSSO AMOR À PÁTRIA é ILIMITADO e sempre respeitado, SEMPRE.

Sr. Ministro da Defesa, porque o conheço bem e conheço SEU PAI e SEU TIO, que esteve Comigo na C ART 7250 / 72 - Moçambique, espero o Seu atendimento humano e viril, para nos dar tudo aquilo a que nos sentimos com direito queremos viver em Paz e morrer em Paz nos dias em que cá continuamos. Nunca esquecerei o 1º DIA DE MATO na picada de TETE ao Zóbué (Malavi) e as lágrimas Sentidas dos meus carinhos Pais no Douro, quando lhes disse, e me despedi para apanhar o COMBOIO do DOURO e avançar para a minha Missão de Soberania. Fará sempre meu legado, para os Meus filhos e netos e para a mãe carinhosa desses. Somos daqueles, dantes quebrar que torcer.

Militar uma vez, Militar para sempre com valor, honra e Glória de Todos nós que Estivemos, com desprezo pela própria vida, ao serviço de PORTUGAL, pois amamos sempre o NOSSO TORRÃO NATAL.

Disse.

Mº Obrigado Sr Presidente do Congresso, por me ter concedido, estes breves segundos para Meu desabafo. Estarei sempre disponível no Norte, para SERVIR sempre A CAUSA DO COMBATENTE, MEU IRMÃO e chamar a atenção do que for necessário.

Valeu . ALFA BRAVO.TERMINADO. JC.

MOÇAMBIQUE / TETE com a C ART 7250/72-74.

Em 30 de Outubro de 2021 - CARCAVELOS.

xx

A intervenção do nosso distinto camarada Engº João Cabeço originou um aceso debate sobre os princípios fundamentais constantes do Estatuto do Antigo Combatente, mas que não abrangem as necessidades da totalidade dos combatentes da guerra colonial.



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Ao longo da sua intervenção, foi referido pelo nosso camarada Eng^o João Cabeço que a única questão, de um Milhão de Antigos Combatentes, apenas agora existirão, com as suas vicissitudes, apenas uns 300 mil, que urge apoiar. Diz que sabe, porque conhece bem a realidade de alguns doentes transmontanos, que o custo da medicação é exageradíssima e que por vezes a Família, rouba à alimentação, para levar centenas de euros à farmácia lá da Esquina E porquê? Porque, os Antigos Combatentes têm várias sequelas angariadas, aquando ao Serviço da Pátria., que vão dizimando estes Heróis. Que a própria O.M.S., diz mesmo que a cada Veterano, que esteve mais de 12 meses consecutivos nos 3 teatros de Guerra, ficará com uma Longevidade reduzida, em cerca de 10 anos. Por isso e por estimativas já realizadas, sabemos hoje que este Servidor outrora da pátria, parte desta vida terrena, por alturas dos 75 anos em média, acabando assim a sua vida.

Afirmou, ter visitado muitos Antigos Combatentes, em Trás-os-Montes, com muitos casos de miséria extrema de casais em que o chefe de família, foi Combatente em África.

Acompanha por vezes o evoluir da sua rápida doença e disponibiliza-se sempre para o acompanhar à sua última morada.

DELIBERAÇÕES
APROVAÇÃO E VOTAÇÃO
DA PROPOSTA UNITÁRIA PELA
ASSEMBLEIA GERAL



D) - DELIBERAÇÕES

Aprovação e votação da proposta Unitária pela Assembleia Geral.

Depois de um intenso debate dos congressistas ao longo de toda a Assembleia do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, foi pedida a palavra pelo camarada Carlos Silva, a exercer as funções de advocacia, que sugeriu uma nova alínea para acrescentar às seis alíneas já existentes na PROPOSTA UNITÁRIA que se transcreve.

- g) - Que seja dada prioridade aos Antigos Combatentes, na situação de sem abrigo, no acesso à assistência médica e medicamentosa e na habitação.**

Seguidamente foi posto à consideração da Assembleia Geral do Congresso Nacional de Antigos Combatentes que se manifestou favoravelmente à inclusão desta alínea na PROPOSTA UNITÁRIA, a qual passou a ter sete alíneas constantes da proposta final, apresentada no ponto das Conclusões, a seguir indicado.

É, do conhecimento público, que 11 camaradas, antigos combatentes das Formadas Armadas da guerra colonial, a residirem na Guiné, contataram a Comissão Organizadora, manifestando interesse em participar no Congresso Nacional de Antigos Combatentes e fizeram-se representar por intermédio da Associação dos Ex-Combatentes Deficientes das Forças Armadas Portuguesas na Guiné-Bissau, (ADECORFRAP-GB).

Os 11 elementos foram autorizados pela Comissão Organizadora, a quem foram remetidos os respetivos convites, para obterem os seus vistos consulares a fim de estarem presentes no aludido Congresso. Pretendiam aqueles Antigos Combatentes denunciar a atual situação dos Antigos Combatentes a residir na Guiné-Bissau, muitos deles em total estado de pobreza, pelo facto de terem lutado ao lado das Forças Armadas portuguesas.

Aquela Associação (ADECORFRAP-GB), quando da deslocação do senhor Presidente da República à Guiné-Bissau, nos dias 18 e 19/05/2021, apresentou um caderno reivindicativo onde apelava ao senhor Presidente para o cumprimento integral da Lei 7/74, de 27/07, norma conhecida por Acordos de Argel, solicitando ainda o cumprimento do decreto-lei nº 17/1977 de 07/01, e ainda a integração dos Antigos Combatentes guineenses no Estatuto do Antigo Combatente português, consubstanciado na lei 46/2020 de 20/08.

Dos contactos iniciais, havidos com o presidente da Associação dos Ex-Combatentes Deficientes das Forças Armadas Portuguesas na Guiné-Bissau, e a Comissão Organizadora do Congresso, houve sempre o cuidado do senhor presidente da ADECORFRAP-GB informar a Comissão Organizadora que aqueles Antigos Combatentes, não vinham ao Congresso para apresentar qualquer proposta reivindicativa, com vista a ser aprovada em sede da assembleia Geral do Congresso, mas tão-somente, alertar o atual estado de miséria dos Antigos Combatentes, acabando por apresentar, sem qualquer carácter reivindicativo, uma carta de recomendações ao Governo português, que se transcreve na pagina seguinte:

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.



República da Guiné-Bissau

**ASSOCIAÇÃO DOS EX - COMBATENTES DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU (ADECOPARP - GB)
(NIF 910138117)**

“ CARTA DE RECOMENDAÇÕES “

*Excelentíssimo Senhor Presidente de AC.
Excelentíssimos Senhores membros da mesa
Excelentíssimos senhores representantes das organizações dos Ex-Combatentes
Ilustres Congressistas
Caros Convidados
Minhas senhoras e meus senhores*

Aproveito esta tribuna para, em meu nome próprio dos ex-combatentes a que tenho a honra de representar e em nome próprio, saudar os organizadores deste congresso e todos os participantes.

A minha saudação é extensiva, para além do presidente de AC, aos representantes das associações de combatentes de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Agradecemos o convite que nos foi formulado e que hoje nos permite participar nesta importante efeméride que junta representantes de organizações que lutam para afirmação dos direitos daqueles que, outrora, deram as suas vidas e sacrificaram toda a sua juventude para honrar e dignificar o nome e a bandeira de Portugal e não só.

Senhor Presidente, caros congressistas, permitam-me dizer que o congresso que se realiza, além de simbolizar um marco histórico para o futuro da Associação de Combatentes, servirá de alavanca e fortalecerá ainda mais as relações existentes entre as diferentes associações dos ex-combatentes que um dia uniram em torno de um único ideal que é de servir e defender a nação portuguesa.

Por isso não podia deixar escapar esta soberana oportunidade, sem, no entanto, trazer a considerações congêneres que participam deste evento, algumas recomendações que jugamos pertinentes e urgentes e que devem merecer atenção das autoridades portuguesas.

Assim, permitam-me elencar de forma enunciativa as seguintes:

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

- a) – *Reposição da nacionalidade aos ex-combatentes que juraram e serviram as Forças Armadas portuguesas na guerra nas antigas colónias portuguesas;*
- b) *Atribuição aos ex-combatentes que serviram as Forças Armadas portuguesas nas ex-colónias de todos os direitos e regalias constantes na lei nº 46/2020, de 20/08, publicado no Diário da República nº 162/Série I de 2020.*

Não podia terminar esta minha breve intervenção, sem, no entanto, realçar o excelente trabalho feito pelos organizadores deste Congresso e desejar a todos muito sucesso

O presidente da

Associação dos Ex-Combatentes Deficientes das Forças Armadas Portuguesas na Guiné-Bissau, (ADECOPRAP-GB)..... 30/10/2021

XXX

A simplicidade, a humildade e a coragem dos nossos camaradas, que combateram connosco lado a lado, pela mesma bandeira, constantes da carta de recomendações, tendo por base duas recomendações, foram objeto de uma longa ovação por parte de todos os congressistas.

Terminada a leitura da carta de recomendações, o senhor presidente do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, prometeu fazer chegar o conteúdo da mesma aos senhores deputados da Assembleia da República e ao Governo, para que tirem das duas recomendações as devidas ilações.

**CONCLUSÕES
ENCERRAMENTO,
CONCLUSÕES E PROCLAMAÇÃO
DAS DELIBERAÇÕES**



E) - CONCLUSÕES.

Encerramento, conclusões e proclamação das deliberações.

Pretendemos com este nosso 1º Congresso Nacional de Antigos Combatentes, chamar a atenção dos poderes Legislativo (Deputados) e executivo (Governo), para a atual situação em que a maioria dos Antigos Combatentes se encontram, estado que resulta da sua entrega na defesa da Pátria, tendo como principal e único objetivo melhorar o Estatuto do Antigo Combatente.

Sabemos que a nossa sociedade, nomeadamente a atual geração, não quer saber do passado e muito menos pretende inteirar-se dos problemas que diariamente afligem uma geração de cotas, que na década de 1960-70, defendeu a soberania e as fronteiras nacionais, com coragem, com dedicação e acrisolado amor pátrio, sendo certo que não podemos olhar o futuro, como dignos portugueses, se não respeitarmos e glorificarmos a nossa história.

Como é do conhecimento público, a intolerância do anterior regime político em não dar a independência às suas antigas colónias, conduziu o País para uma guerra fratricida, entre países irmãos, durante 13 anos, provocando enormes sequelas, quer nos Antigos Combatentes continentais, quer nos combatentes africanos em prol da libertação dos seus povos.

Decorridos 46 anos, quase de forma envergonhada, veio o Estado português, repor a dignidade e alguma justiça a que os Antigos Combatentes tinham direito, consubstanciada no Estatuto do Antigo Combatentes, prescrito na Lei 46/2020, de 20/08.

Ora, chegados até aqui, sempre se dirá que o Estatuto do Antigo Combatente, não contempla os mais elementares direitos que os Antigos Combatentes merecem, pelo que se justifica a realização de um Congresso Nacional de Antigos Combatentes, pois, é no confronto das ideias, em plena Assembleia Geral do Congresso, por uma classe de combatentes que foram denunciadas as omissões e as fraquezas do nosso Estatuto.

Foi o que aconteceu no dia 30 de Outubro de 2021.

Entre as conclusões deste histórico Congresso Nacional de Antigos Combatentes, destacam-se em primeiro lugar, o reconhecimento, pela Pátria, a todos os Antigos Combatentes, da dignidade de combatente, sob a forma de "TITULAR DE RECONHECIMENTO DA PÁTRIA", consagrado no cartão de Antigo Combatente; Em segundo lugar, a obrigação do Estado, apoiar financeiramente todos os Antigos Combatentes, no valor igual ao que cada Antigo Combatente gasta em medicamentos por mês; Em terceiro lugar, na necessidade do Estado pôr em funcionamento todas as valências criadas no âmbito do Estatuto do Antigo Combatente, nomeadamente as que se relacionam com a saúde mental e psicológica dos Antigos Combatentes e em quarto lugar, o Pátria não deveria ter um olhar distante para a situação dos Antigos combatentes africanos que lutaram ao lado das Forças Armadas Portuguesas, durante a guerra colonial, fazendo-lhes a devida justiça.

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Assim no dia 30/10/2021, depois de uma longa e aprofundada análise crítica ao Estatuto, a Assembleia Geral decidiu não só aprovar todas as alíneas da aludida Proposta Unitária apresentada pela Comissão Organizadora, como também deliberou aditar a alínea g), dando prioridade aos Antigos Combatentes, sem abrigo, no acesso à assistência médica e medicamentosa e na habitação, cuja redação final se transcreve:

“PROPOSTA UNITÁRIA APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DO CONGRESSO NACIONAL DE ANTIGOS COMBATENTES ”

Considerando que existem diversas fragilidades económicas que afetam a vida da maioria dos Antigos Combatentes;

Considerando que as carências evidentes são crónicas e privam os atingidos de poderem ter um resto de vida com alguma dignidade;

Considerando que os princípios de atribuição de complementos ou suplementos de pensão aos Antigos Combatentes são exclusivamente para reparação dos efeitos nefastos da prestação de serviço militar em condições excecionais de dificuldade ou perigo;

Considerando que a Rede Nacional de Apoio é restrita e não funciona, deixando milhares de Combatentes indiciados com stress pós-traumático sem o necessário rastreio e tratamento;

Considerando que o Estatuto do Antigo Combatente, pouco contribuiu para a melhoria e qualidade de vida dos Antigos Combatentes:

A Comissão Organizadora, com o contributo de várias Associações e de vários Antigos Combatentes, propõe o seguinte:

- a) **Atribuição de uma pensão de guerra a todos os Antigos Combatentes, no valor equivalente ao que cada Antigo Combatente gasta em média por mês em medicamentos, no montante de €60,00,**
- b) **Gratuidade dos transportes públicos em todas as redes nacionais;**
- c) **Isonção de impostos sobre o Suplemento Especial de Pensão (SEP), Complemento Especial de Pensão (CEP) e Acréscimo Vitalício de pensão (AVP);**
- d) **Reestruturação da Rede Nacional de Apoio, com vista a tratar condignamente os indiciados com stress pós-traumático, devendo o Ministério da Defesa Nacional articular, a aludida rede, com os postos de saúde e com os Serviços Sociais das autarquias;**
- e) **Prioridade no acesso aos hospitais militares e aos hospitais e clínicas públicas;**
- f) **Prioridade e gratuidade nos lares públicos para os Antigos Combatentes e viúvas com fracos recursos financeiros, confirmados junto da Segurança Social,**

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

- g) Que seja dada prioridade aos Antigos Combatentes, na situação de sem abrigo, no acesso à assistência médica e medicamentosa e na habitação.

Carcavelos 30/10/2021

De igual forma a Assembleia geral do Congresso deu muita atenção às pretensões dos nossos camaradas, Antigos Combatentes guineenses, não só porque estamos no mesmo barco, mas também merecem a devida justiça.

Assim, entendemos incluir nas conclusões a carta de recomendações apresentada na Assembleia Geral do Congresso Nacional de Antigos Combatentes, que transcrevemos:



República da Guiné-Bissau

**ASSOCIAÇÃO DOS EX - COMBATENTES DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU (ADECOFARP - GB)
(NIF 910138117)**

“ CARTA DE RECOMENDAÇÕES “

*Excelentíssimo Senhor Presidente de AC.
Excelentíssimos Senhores membros da mesa
Excelentíssimos senhores representantes das organizações dos Ex-Combatentes
Ilustres Congressistas
Caros Convidados
Minhas senhoras e meus senhores*

Aproveito esta tribuna para, em meu nome próprio dos ex-combatentes a que tenho a honra de representar e em nome próprio, saudar os organizadores deste congresso e todos os participantes.

A minha saudação é extensiva, para além do presidente de AC, aos representantes das associações de combatentes de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Agradecemos o convite que nos foi formulado e que hoje nos permite participar nesta importante efeméride que junta representantes de organizações que lutam para afirmação dos direitos daqueles que, outrora, deram as suas vidas e sacrificaram toda a sua juventude para honrar e dignificar o nome e a bandeira de Portugal e não só.

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Senhor Presidente, caros congressistas, permitam-me dizer que o congresso que se realiza, além de simbolizar um marco histórico para o futuro da Associação de Combatentes, servirá de alavanca e fortificará ainda mais as relações existentes entre as diferentes associações dos ex-combatentes que um dia uniram em torno de um único ideal que é de servir e defender a nação portuguesa.

Por isso não podia deixar escapar esta soberana oportunidade, sem, no entanto, trazer a considerações congêneres que participam deste evento, algumas recomendações que jugamos pertinentes e urgentes e que devem merecer atenção das autoridades portuguesas.

Assim, permitam-me elencar de forma enunciativa as seguintes:

- a) – **Reposição da nacionalidade aos ex-combatentes que juraram e serviram as Forças Armadas portuguesas na guerra nas antigas colónias portuguesas;**
- b) - **Atribuição aos ex-combatentes que serviram as Forças Armadas portuguesas nas ex-colónias de todos os direitos e regalias constantes na lei nº 46/2020, de 20/08, publicado no Diário da República nº 162/Série I de 2020.**

Não podia terminar esta minha breve intervenção, sem, no entanto, realçar o excelente trabalho feito pelos organizadores deste Congresso e desejar a todos muito sucesso

O presidente da

Associação dos Ex-Combatentes Deficientes das Forças Armadas Portuguesas na Guiné-Bissau, (ADECOPRAP-GB)..... 30/10/2021

..... Encerramento do Congresso, pela Antiga Combatente - Alferes Rosa Serra ...

Senhores convidados de Honra,

Antigos Combatentes, Senhores militares em geral e todos os presentes, desejo muito Bom Dia.

Começo por manifestar o meu agradecimento à organização, pelo convite, para estar junto de tão ilustres convidados.

Muito obrigada.

O assunto que vou abordar será de forma sucinta, baseado somente naquilo que observei enquanto Enf.ª PQ.

Para nós enfermeiras paraquedistas, não foram só os feridos que tratamos e que muito nos sensibilizou a suas dores e desespero.

Situações houve, que nos tocaram profundamente, como por exemplo, o drama das famílias nomeadamente, das mulheres que, não indo à guerra de armas na mão, sofriam quase como se fossem.

Pouco se fala do que a guerra trouxe às mulheres em geral e, foi uma larga faixa, que sofreu as agruras dessa batalha, por tantos temores e incertezas, vividas nesse período escuro da nossa História.

Foram as mães, as esposas, as namoradas, as irmãs, as amigas e, todas aquelas que conheciam alguém, que foi mobilizado para o antigo Ultramar.

Todas comungavam do mesmo pavor, pelo futuro dos jovens rapazes.

Eu conheci várias, sobretudo esposas de militares, com quem ainda hoje mantenho contacto.



Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Para além destas, outras se cruzaram comigo, deixando a sua marca, na minha memória.

As Mães, geralmente tão longe dos seus filhos e com tão pouca informação do que se passava lá pela África, a sua dor, era ilimitada. Os seus filhos tinham bem a noção de que a pessoa que mais iria sofrer, se algo lhes acontecesse, seria aquela Mulher, que teve o papel mais fundamental na sua existência. **A Mãe.**

Daí, esta palavra, ser uma constante nos desabaços e lamentos de dor, dos nossos feridos de guerra.

Lembro-me bem, de ver várias mães no aeroporto militar do Figo Maduro, de pescoços esticados e rostos ansiosos, esperarem pelos seus filhos, tentando adivinhar a distância, em qual daquelas macas, ou qual daqueles coxos ou, daqueles que de braços ao peito ou, mesmo sem eles, desciam as escadas do avião, apoiados pelo enfermeiro do Exército que os ajudavam na descida e os amparavam até às ambulâncias, que os levariam para ao Hospital Militar da Estrela.

Nos seus olhares líamos a suas interrogações Qual deles será o meu filho?

Para quem não as observou, não imagina o que as mães sofreram, só em saber que um pedaço de si foi para uma guerra distante que, elas não sabiam bem o que era, mas sabiam que iam para um ambiente hostil, podendo não mais voltar.

A sua dor, só era ligeiramente apaziguada, quando chegava o tão desejado aerograma, ou aquela carta que trazia uma foto do jovem militar sorridente, em convívio com os seus camaradas, como se não existisse perigo ou sofrimento algum.

Os filhos, além de implorarem pela mãe, quando feridos, punham em causa a forma como lhe poderia ser dada a notícia, da sua desventura.

Lembro-me de um ferido que evacuei em Cabo Delgado cuja a preocupação com a mãe era tão visível e intensa, que me disponibilizei para ser eu a informá-la do sucedido, enviando-lhe um telegrama. Cumpri o que prometi. Mais tarde recebi uma carta de agradecimento dessa mãe e como ainda a tenho, sei o seu nome; Maria Berta, referindo-se ao filho como o Victor, o carimbo era dos correios do Barreiro.

Estas situações alargavam cada vez mais a minha visão do sofrimento dos militares e das famílias, durante a guerra em África.

Há outro grupo que também não posso deixar de mencionar; **São as mulheres dos militares.**

As que ficaram tinham uma vida de insegurança, de desassossego e saudades permanente. As que acompanharam os seus maridos, a maioria andava com o coração nas mãos, sempre que eles saíam para operações militares, sabendo que o perigo espreitava a cada instante.

Estas mulheres, viviam numa inquietação constante. Não será difícil de imaginar o desespero e o "turbilhão" de emoções das mulheres lá residentes, só em pensar que de repente, lhe poderia ser comunicado que o marido que, muitas vezes tinha saído na véspera para o mato, morreu... ou a preocupação enorme, ao saber que foi ferido.

Foi uma vida de instabilidade permanente.

Recordo-me de uma senhora, que fui buscar, que não sei o nome nem a idade nem de onde era, nem me lembro se apresentava alguma lesão física. Acredito que sim, mas o que ficou gravado na minha mente, foi a lesão emocional que transmitia pelo seu olhar vago e pela sua postura estática, que nunca mais a esqueci.

Naquele dia, logo que aterrei, em Mocimboa da Praia, alguém se aproxima e com inquietude na sua narrativa, informa que esta, tinha sido atacada pela primeira vez, e seria evacuada uma senhora.

Enquanto esta não chegava até mim, o militar agitado, descreve rapidamente o que tinha acontecido. E explica que, para espanto de todos, ainda antes do alvor do dia (agosto, de 1973), a bela Mocimboa da Praia, foi brutalmente acordada, com estrondos violentos fazendo tremer todo aquele espaço, até aí, **tão Belo e Sereno.**

Embora as nossas tropas reagissem de imediato, não conseguiram impedir que um Senhor furriel, fosse atingido mortalmente.

Naquele momento era sua esposa que teria de ser evacuada.

Nas minhas memórias ainda perdura a imagem daquela jovem mulher, num isolamento profundo, indiferente a tudo, como se mundo que a rodeava, de repente deixasse de existir.

Aquele tipo de guerras, são assim ... sem nada que pré, adivinhasse, arrasa-se tudo, sem consideração, nem compadecimento por ninguém. **É o terror que impera.**

Várias vezes, depois dos meus momentos de introspeção, apelava ao Divino para suavizar a dor das mães, das esposas que eu não conhecia, da noiva ou namorada que eu nem sabia se existia, mas sabia das suas preocupações e do desejo de todas, de os receberem, sãos e salvos.

Mas o sofrimento das mulheres, não ficou por aqui; a guerra termina e muitas mulheres continuaram e, continuam ainda hoje a sofrer no seu dia a dia, sem saberem como lidar com o stress pós-traumático dos seus maridos e, a maioria, sem qualquer orientação ou ajuda...

Já não é sem tempo, do Estado Português mudar o se olhar, ... direi, "Sombrio" que manifesta ter, sobre os combatentes da antiga Guerra de África e, passar a dar sinais de algum **Respeito e Apoio**, pelo martírio que passaram.

Eu como antiga enfermeira paraquedista, presenciei bem o padecimento, daqueles militares sobretudo de dois territórios; Guiné Bissau, e o território de Cabo Delgado, Norte Moçambique. Falo destes dois locais dado que, em Angola, onde também fiz uma comissão, as enfermeiras nunca foram, diretamente ao local do conflito. Por esta razão não houve a proximidade real, **ao palco devastador, às provações e vivências perturbadoras num chão semeado de dor e destruição, que os nossos combatentes vivenciaram.**

Em Angola A perspectiva de observação foi diferente.

Congresso Nacional de Antigos Combatentes, 30/10/2021.

Por ter conhecido bem estas realidades, não é a primeira vez que defendo o dever de reconhecimento, que o Estado Português deveria ter, para com os seus militares, neste caso, refiro-me aos da guerra de África, onde muitos jovens combateram, sofreram, viveram dias de terror e os mais amargos das suas vidas, ficando muitos deles e, para todo o sempre, com sequelas físicas, psíquicas e morais, pelo impacto traumático, físico e emocional, resultante do que passaram numa guerra, ao serviço de Portugal, para além dos que lá, perderam a vida.

Como compensação o Estado durante todo este tempo, virou-lhe as costas...! quando deveria, cuida-los com todo o respeito, sobretudo nas crises de maior fragilidade, reconhecer o seu valor, assim como, honra-los para sempre.

Os combatentes serviram o seu País, ... não eram políticos... Eles são a força do garante da Nação. Sempre se comprometeram a dar a sua vida se necessário fosse, em defesa da Pátria. O poder político é uma coisa as Forças Armadas embora subordinados à política, tem capacidades e técnicas que não podem ser ignorada pelos políticos, as capacidades de uns e de outros podem e devem ter um fim comum: um País organizado, seguro, equilibrado, justo, democrático, respeitador e defensor dos direitos dos Cidadãos.

Respeitar os políticos eleitos democraticamente é um dever de todos nós, respeitar as funções das Forças Armadas é o dever de todos, incluindo dos políticos e, dos cidadãos em geral, pela sua disciplina, capacidade organizativa, respeito, entre outros, e dou como exemplo a entrega de Macau, que só tomou o rumo certo, quando o General Rocha Vieira, tomou as rédeas da situação, permitindo que Portugal entregasse com todo o respeito, esse território, e com grande dignidade recolheu a nossa bandeira e encostando-a ao coração.

O último exemplo, o trabalho do Senhor Vice-Almirante que esteve à frente da organização das vacinas da pandemia atual. Quando este assumiu funções, nunca mais houve desvios nem aproveitamento de pessoas não prioritárias, horários sem nexos, para não falar no estímulo que conseguiu incutir nos profissionais de saúde na receção de tanta gente.

São outras capacidades e se complementam para bem de todos nós.

Claro que todos se recordam do 25 de Abril. Nem a tão temida Pide, consegui detê-los e fê-lo tão bem que, a população aderiu desde a primeira hora e em força, à sua ação. Os políticos antirregime, incluindo os que estavam na clandestinidade, vieram depois.

Já não era sem tempo, da Assembleia da República, dar volta ao pensamento, e se libertasse de preconceitos, passando a dar algum valor, aos militares que combateram na guerra de África no século XX, colocando-os a Par de todos os outros que serviram ou servem Portugal.

Caros combatentes, a palavra agora é para vocês, já há muito que ficaram arredados, de grupos extremistas que levianamente vos tentaram julgar, creio que muito de vós já nem se lembram desse facto.

Quarenta e sete anos volvidos e o Estado Português mas continua a desvalorizar-vos, a ignorar-vos, não mostrando orgulho em vós, que deram o que de melhor possuíam, em prol do nosso País durante a guerra de África. São preconceitos e complexos que os políticos teimam em manter.

Mas vocês têm conhecimento que, um número considerável de Enfermeiras Paraquedistas, sabem do vosso penar imenso e da relevância que tiveram ao serviço da nossa Pátria Amada, neste caso, na Guerra de África, também chamada de Guerra das ex-províncias, guerra do Ultramar, ou no que lhe quiserem chamar e com a conotação a gosto de cada um, e disso nós somos testemunhas e sempre vos valorizaremos.

Termino assim o meu depoimento. Muito obrigada.

Lembro apenas que na entrada, estão alguns livros, de Pedro Taveira, que de forma objetiva, levanta um pouco do Véu, do que foi viver e socorrer na guerra, no Alto dos Macondes.

Muito bom dia a todos.

Rosa Serra.

(Antiga enfermeira PQ.)

30 de outubro

2021

Terminado o discurso de encerramento pela senhora Alferes Rosa Serra, foi dado um minuto de silêncio em homenagem a todos os antigos combatentes tombados em combate e cantado o hino nacional, como é da praxe.

Carcavelos 30/10/2021

A COMISSÃO ORGANIZADORA _____

- ANEXOS -

Anexo 1 Programa

Anexo 2 Proposta unitária apresentada ao CNAC

CONGRESSO NACIONAL DE ANTIGOS COMBATENTES

a realizar no dia 30 de outubro de 2021, pelas 09h00,
local: Auditório Marista em Carcavelos

PROGRAMA

09.15, Início dos trabalhos — Fim dos Trabalhos: **13h00**;

09.15, Pequena intervenção do Sr. Presidente do CNAC, dando a conhecer as regras sobre as intervenções dos congressistas e do objeto do Congresso.

09.20, Análise, discussão e crítica ao Estatuto do Antigo Combatente.

09.40, Apresentação da "PROPOSTA UNITARIA" da Comissão Organizadora, que tem por pontos de referência os seguintes:

- a) Atribuição de uma pensão de guerra, a todos os Antigos Combatentes, no valor equivalente ao que cada Antigo Combatente, doente, gasta em média, mensalmente, em medicamentos.
- b) Gratuidade dos transportes públicos em todas as redes nacionais;

c) Isenção de impostos sobre o Suplemento Especial de Pensão (SEP), Complemento Especial de Pensão (CEP) E Complemento Vitalício de Pensão (CVP);

d) Prioridade e Gratuidade nos lares públicos para os Antigos Combatentes e viúvas com fracos recursos financeiros;

e) Prioridade no acesso aos hospitais militares e aos hospitais e clínicas públicas.,

11.10, Pequeno intervalo de 10 minutos.

11.20, Apresentação da "RECOMENDAÇÃO", dirigida ao Governo Português, dos nossos camaradas Guineenses, representativos da Associação de Ex- Combatentes, Deficientes das Forças Armadas Portuguesas da Guiné-Bissau.

12.00, Intervenções requeridas pelas Associações ou por Antigos Combatentes, seguido de debate.

12.50, Votação da proposta unitária, apresentada pela Comissão Organizadora.

13.00, Encerramento do Congresso.

Comissão de Honra

- Sua Excelência, a Sr.ª Secretária de Estado dos RH e Antigos Combatentes, Dr.ª Catarina Sarmento e Casto;
- Sua Excelência, o Sr. General António Ramalho Eanes;
- Sua Excelência, o Sr. Almirante Fernando Melo Gomes;
- Sua Excelência, o Sr. General José Manuel Taveira Martins;
- A Excelentíssima Sr.ª Enf.ª Paraquedista, Alferes Rosa Serra.

Convidados de Honra

- Bispo das Forças Armadas e Segurança, Reverendíssimo D. Rui Manuel Sousa Valério;
- Excelentíssimo Juiz Conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, o Sr. Prof. Dr. Pires Machado
- Sua Alteza Real Senhor D. Duarte Pio de Bragança.

Presidência do C.N.A.C

- Os trabalhos serão presididos e orientados pelo membro da Comissão Organizadora, José Maria Monteiro.
- Os trabalhos têm assessoria do Sr. General Cristóvão Avelar de Sousa; do Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra José Cardoso Moniz e do senhor enfermeiro Pedro Taveira.

Comissão Organizadora

- A responsabilidade pela organização está a cargo de 2 elementos do Exército, Jeremias Henriques e Artur Craveiro Lopes; 2 elementos da Força Aérea Joaquim Coelho e António Silva;
- 2 Elementos da Marinha: Mário Manso e José Maria Monteiro.

O Congresso será realizado de acordo com as normas sanitárias da DGS.

Com o apoio da Editora MODOCROMIA

“PROPOSTA UNITÁRIA ”

Considerando que existem diversas fragilidades económicas que afetam a vida da maioria dos Antigos Combatentes;

Considerando que as carências evidentes são crónicas e privam os atingidos de poderem ter um resto de vida com alguma dignidade;

Considerando que os princípios de atribuição de complementos ou suplementos de pensão aos Antigos Combatentes são exclusivamente para reparação dos efeitos nefastos da prestação de serviço militar em condições excecionais de dificuldade ou perigo;

Considerando que a Rede Nacional de Apoio é restrita e não funciona, deixando milhares de Combatentes indiciados com stress pós-traumático sem o necessário rastreio e tratamento;

Considerando que o Estatuto do Antigo Combatente, pouco contribuiu para a melhoria e qualidade de vida dos Antigos Combatentes:

A Comissão Organizadora, com o contributo de várias Associações e de vários Antigos Combatentes, propõe o seguinte:

- a) *Atribuição de uma pensão de guerra a todos os Antigos Combatentes, no valor equivalente ao que cada Antigo Combatente gasta em média por mês em medicamentos, no montante de €60,00,*
- b) *Gratuidade dos transportes públicos em todas as redes nacionais;*
- c) *Isenção de impostos sobre o Suplemento Especial de Pensão (SEP), Complemento Especial de Pensão (CEP) e Acréscimo Vitalício de pensão (AVP);*
- d) *Reestruturação da Rede Nacional de Apoio, com vista a tratar condignamente os indiciados com stress pós-traumático, devendo o Ministério da Defesa Nacional articular, a aludida rede, com os postos de saúde e com os Serviços Sociais das autarquias;*
- e) *Prioridade no acesso aos hospitais militares e aos hospitais e clínicas públicas;*
- f) *Prioridade e gratuidade nos lares públicos para os Antigos Combatentes e viúvas com fracos recursos financeiros, confirmados junto da Segurança Social,*

À consideração superior da Assembleia, do Congresso Nacional de Antigos Combatentes.

Carcavelos 30/10/2021